



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho n.º 31169-A/2008

Nos termos dos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e tendo em conta a experiência e o perfil profissional evidenciados no currículo anexo ao presente despacho:

1 — É nomeada directora-geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) a licenciada Carolina Maria Gomes Ferra, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos.

2 — Nos termos do n.º 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, a presente nomeação produz efeitos em 1 de Dezembro de 2008.

Curriculum vitae em anexo.

2 de Dezembro de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Súmula curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Carolina Maria Gomes Ferra;
Data e local de nascimento: 19 de Maio de 1962, em Lisboa.

2 — Formação académica:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, concluída em 1985;

Pós-graduação em Recursos Humanos pela Universidade Católica Portuguesa;

Pós-graduação em Administração e Políticas Públicas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, no âmbito da frequência do respectivo mestrado.

3 — Formação complementar — participação em diversas acções de formação, designadamente nas áreas da reforma e modernização administrativa, qualidade nos serviços públicos, auditoria, gestão e administração de recursos humanos, avaliação do desempenho, contratação pública, novas tecnologias e sistemas de informação, técnica legislativa, contencioso administrativo e responsabilidade civil extracontratual do Estado.

4 — Experiência profissional:

Actualmente, exerce funções como vice-presidente do IRN, I. P., para a área dos recursos humanos, desde 1 de Junho de 2008.

De 2007 a Maio de 2008, directora do Departamento de Recursos Humanos do Instituto dos Registos e Notariado, I. P. (IRN, I. P.);
Exerceu anteriormente as seguintes funções:

De 2005 a 2007, adjunta do Gabinete do Ministro de Estado e da Administração Interna;

Em 2002, reinicia funções como directora de serviços de Recursos Humanos;

Entre 1999 e 2002, adjunta do Gabinete do Secretário de Estado da Justiça;

Em 2000, nomeada directora de serviços de Recursos Humanos da DGRN;

Entre 1996 e 1999, chefe de divisão de Recursos Humanos da DGRN;

De 1993 a 1996, chefe de divisão de Instalações e Equipamento da mesma DGRN;

Entre 1990 e 1993, técnica superior da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado (DGRN), nas áreas administrativa e financeira, planeamento e informática;

De 1989 a 1990, técnica superior da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres;

De 1986 a 1989, jurista contratada na DGRN e no Gabinete de Estudos e Planeamento do MJ.

5 — Nomeações e representações:

Enquanto adjunta — representante do Ministro de Estado e da Administração Interna na Comissão de Acompanhamento do POAP, na

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Gestão da Regulamentação e Reforma Regulamentar, OCDE (Paris, 2006) e na Reunião do Comité de Governação Pública, OCDE (Roterdão, 2005); acompanhou o desenvolvimento dos Programas PRACE e SIMPLEX; integrou o grupo de trabalho para a aprovação das leis orgânicas dos ministérios; participou, como representante do Secretário de Estado da Justiça e do Ministro de Estado e da Administração Interna, bem como na qualidade de membro dos respectivos Gabinetes, em diversas reuniões, conferências e colóquios a nível nacional e externo; integrou o grupo de trabalho do «Projecto Nascer-Cidadão»; participou nos trabalhos da reestruturação orgânica do Ministério da Justiça e aprovação dos diplomas dos respectivos organismos.

Enquanto dirigente — colaborou na feita de projectos de diplomas legais e instrumentos normativos, nomeadamente no âmbito dos processos de regionalização dos serviços da Madeira e da revisão da Lei Orgânica dos Serviços Externos da DGRN; integrou a equipa técnica para a concretização do Projecto de Informatização dos Recursos Humanos; responsável, no âmbito da implementação das tecnologias de informação, pela aplicação do Sistema de Recursos Humanos, Sistema de Gestão e Apoio à Decisão, Sistema de Gestão de Assiduidade, Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho e pela integração na base de dados da Administração Pública dos dados relativos a todos os funcionários dos serviços centrais e externos da DGRN.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 31169-B/2008

1 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, o licenciado João Joaquim Torres Mendes Ramos para o cargo de subdirector-geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), nos termos a que se referem o n.º 3 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 205/2006, de 27 de Outubro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério das Finanças e da Administração Pública, e o n.º 3 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 22/2007, de 29 de Março, que aprova a orgânica da DGAEP.

2 — Nos termos do n.º 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o presente despacho produz efeitos em 3 de Dezembro de 2008.

28 de Novembro de 2008. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Curriculum vitae

João Joaquim Torres Mendes Ramos

Naturalidade: Nelas

Data de nascimento: 27/7/1950

Formação académica e profissional

(1974) Licenciatura em Direito — Universidade de Coimbra

(1985) “Curso para Dirigentes da Administração Pública” — Instituto Nacional de Administração / Escola Brasileira de Administração Pública / Fundação Getúlio Vargas

(2004) Pós-graduação em “Legística e Ciência da Legislação” — Universidade de Lisboa

Actividades profissionais

(1977/1988) Técnico superior da Secretaria-geral da Presidência do Conselho de Ministros

(1988/1996) Consultor para os Assuntos Jurídico-Constitucionais da Casa Civil do Presidente da República com funções de assessoria pessoal e directa ao Presidente da República no âmbito do instituto da promulgação e dos processos de fiscalização abstracta da constitucionalidade

(1996/2002) Assessor principal do Gabinete do Presidente da Assembleia da República com funções de assessoria pessoal e directa ao Presidente da Assembleia da República no âmbito da apreciação